

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em junho de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ junho de 2023 apresentou um déficit primário de R\$ 45,3 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 144,7 bilhões nesse mês, decréscimo em termos reais de 26,5%, comparativamente a junho de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 190 bilhões, acréscimo de 4,6% na mesma base de comparação. No acumulado no primeiro semestre do ano, o déficit primário está em R\$ 41,9 bilhões, ante o superávit de R\$ 59 bilhões no mesmo período de 2022.

Em junho, a receita total apresentou um decréscimo real de 22,1% quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês de 2022. Esse decréscimo foi impactado pela expressiva arrecadação das receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 2022, advinda da privatização da Eletrobras – R\$ 26,6 bilhões –, bem como pelo recebimento de dividendos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobras – R\$ 18,9 bilhões e R\$ 6,9 bilhões, respectivamente – sem contrapartida em 2023. Na mesma base de comparação, as receitas administradas pela RFB caíram 5,8% e a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceu 7,4%, enquanto as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais apresentaram um acréscimo, sempre em termos reais, de 2,3%. Com isso, a receita líquida de transferências teve um decréscimo real de R\$ 52 bilhões (26,5%). No acumulado do ano até junho, a receita total registrou uma variação real negativa de R\$ 62,9 bilhões (-5,1%), fortemente impactada pelas receitas não administradas pela RFB, que tiveram um decréscimo de 30,7%, redução real de R\$ 68 bilhões, e pelas receitas administradas pela RFB, com queda de 1,5% na mesma base de comparação, equivalente a R\$ 10,9 bilhões (tabela 1).

Com relação à despesa total, junho registrou um crescimento real de 4,6% relativamente ao mesmo mês de 2022. No acumulado do primeiro semestre, a despesa total cresceu R\$ 46,9 bilhões (5%) em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para o aumento de despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 42 bilhões (23,5%).

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 11 de julho de 2023

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/>>.

TABELA 1

Governo central – resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Junho (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)
	jun./2022	jun./2023		2022	2023		Até jun./2022	Até jun./2023	
1-Receita Total	231.352	180.108	-22,1	1.230.069	1.167.249	-5,1	2.378.838	2.356.975	-0,9
1.1 - Receita Administrada pela RFB	117.603	110.728	-5,8	747.472	736.578	-1,5	1.440.073	1.444.373	0,3
1.2 - Incentivos Fiscais	-55	-	-	-55	-	-	-195	-4	-98,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	42.384	45.515	7,4	260.947	276.932	6,1	546.789	575.689	5,3
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	71.420	23.866	-66,6	221.704	153.739	-30,7	392.171	336.918	-14,1
2. Transf. Por Repartição de Receita	34.630	35.427	2,3	239.446	230.642	-3,7	445.561	469.270	5,3
3. Receita Líquida (1-2)	196.723	144.682	-26,5	990.622	936.607	-5,5	1.933.278	1.887.705	-2,4
4. Despesa Total	181.674	189.952	4,6	931.604	978.478	5,0	1.855.036	1.929.858	4,0
4.1 Benefícios Previdenciários	86.067	97.643	13,5	436.947	443.198	1,4	823.190	838.994	1,9
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.158	26.903	2,8	162.884	164.397	0,9	354.034	354.751	0,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	26.488	22.733	-14,2	153.054	150.160	-1,9	319.897	306.673	-4,1
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	42.961	42.674	-0,7	178.719	220.723	23,5	357.916	429.440	20,0
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	15.049	-45.271	400,8	59.018	-41.870	-170,9	78.242	-42.153	153,9

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional da arrecadação. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em junho foi registrado um decréscimo real de R\$ 6,9 bilhões (-5,8%) em relação ao mesmo mês do ano passado. Apesar do crescimento real da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de R\$ 3,3 bilhões (14,8%), as fortes quedas de arrecadação em valores reais do Imposto de Renda, R\$ 8,5 bilhões (-14,2%), e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), R\$ 2,5 bilhões (-21,8%), impactaram negativamente a arrecadação em junho. As receitas não administradas pela RFB apresentaram, em junho, uma retração de 66,6% (R\$ 47,6 bilhões). Essa forte queda de arrecadação das receitas não administradas ocorreu em função do grande volume de arrecadação de concessões e permissões em 2022, proveniente da privatização da Eletrobras – R\$ 26,6 bilhões – e de dividendos e participações do BNDES e da Petrobrás – R\$ 25,8 bilhões – sem contrapartida em 2023.

No acumulado no primeiro semestre, ainda na tabela 2, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 62,8 bilhões (-5,1%), com as receitas administradas caindo R\$ 10,9 bilhões (-1,5%) e as não administradas, R\$ 68 bilhões (-30,7%), ao passo que a arrecadação líquida para o RGPS apresenta um crescimento de R\$ 16 bilhões (6,1%). A queda das receitas administradas no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, ocorreu de forma generalizada em todas as aberturas, com exceção do Imposto de Renda – crescimento de R\$ 8 bilhões (2,2%) –, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – aumento de R\$ 120 milhões (0,4%) – e de outras receitas administradas pela RFB – aumento de R\$ 3,8 bilhões (27,6%) –, que foram insuficientes para compensar a queda de arrecadação de R\$ 22,9 bilhões nos demais itens da receita administrada. Nas receitas não administradas, os destaques foram as receitas de concessões e permissões, de dividendos e participações, e de exploração de recursos naturais, que apresentaram queda no acumulado do ano de R\$ 66,7 bilhões (-42,3%), em valores reais na mesma base de comparação.

Ao desagregar as despesas em junho (tabela 3), pode-se observar que as maiores variações positivas em relação ao mesmo mês do ano anterior ocorreram em benefícios previdenciários – aumento de R\$ 11,6 bilhões –, abono

e seguro-desemprego – crescimento de R\$ 3,9 bilhões – e nas despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Bolsa Família) – ampliação de R\$ 8,7 bilhões. Estas foram parcialmente compensadas pela queda de despesas com sentenças judiciais e precatórios e despesas discricionárias, que tiveram um decréscimo real de R\$ 7 bilhões e R\$ 8,9 bilhões, respectivamente.

TABELA 2
Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Junho (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)
	jun./2022	jun./2023		2022	2023		Até jun./2022	Até jun./2023	
1-Receita Total	231.352	180.108	-22,1	1.230.069	1.167.249	-5,1	2.378.838	2.356.975	-0,9
1.1 - Receita Administrada pela RFB	117.603	110.728	-5,8	747.472	736.578	-1,5	1.440.073	1.444.373	0,3
1.1.01 Imposto de Importação	4.426	4.347	-1,8	29.697	26.974	-9,2	64.631	59.090	-8,6
1.1.02 IPI	5.336	5.132	-3,8	33.291	28.003	-15,9	73.947	57.451	-22,3
1.1.03 Imposto de Renda	60.311	51.761	-14,2	364.555	372.604	2,2	654.749	706.469	7,9
1.1.04 IOF	4.879	5.004	2,6	29.979	30.099	0,4	61.922	61.897	-0,0
1.1.05 Cofins	22.285	25.575	14,8	140.036	137.043	-2,1	305.371	286.483	-6,2
1.1.06 PIS/Pasep	6.848	7.062	3,1	42.352	40.394	-4,6	87.287	81.754	-6,3
1.1.07 CSLL	11.447	8.948	-21,8	92.213	84.070	-8,8	157.078	158.325	0,8
1.1.09 CIDE Combustíveis	231	3	-98,7	1.591	-167	-110,5	3.039	3	-99,9
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	1.840	2.896	57,4	13.757	17.558	27,6	32.050	32.902	2,7
1.2 - Incentivos Fiscais	-55	-	-	-55	-	-	-195	-4	-98,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	42.384	45.515	7,4	260.947	276.932	6,1	546.789	575.689	5,3
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	71.420	23.866	-66,6	221.704	153.739	-30,7	392.171	336.918	-14,1
1.4.1 Concessões e Permissões	27.668	1.298	-95,3	42.504	5.432	-87,2	51.335	11.778	-77,1
1.4.2 Dividendos e Participações	27.021	5.177	-80,8	46.631	31.286	-32,9	78.790	75.054	-4,7
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.364	1.413	3,7	8.350	7.854	-5,9	19.224	17.566	-8,6
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6.629	4.905	-26,0	68.628	54.385	-20,8	128.967	124.495	-3,5
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.917	699	-63,5	10.557	9.432	-10,7	20.793	20.924	0,6
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.217	2.557	15,3	13.229	14.464	9,3	27.794	29.749	7,0
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	35	90	157,7
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.604	7.817	69,8	31.805	30.887	-2,9	65.233	57.263	-12,2
2. Transf. Por Repartição de Receita	34.630	35.427	2,3	239.446	230.642	-3,7	445.561	469.270	5,3
3. Receita Líquida (1-2)	196.723	144.682	-26,5	990.622	936.607	-5,5	1.933.278	1.887.705	-2,4

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

No acumulado do ano até junho, as despesas totais tiveram um crescimento real de R\$ 46,9 bilhões (5%), com destaque para as despesas com benefícios previdenciários – crescimento de R\$ 6,3 bilhões (1,4%) –, Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) – ampliados em R\$ 4,4 bilhões (11,1%) –, o gasto com a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) – crescimento de R\$ 2 bilhões (11,5%) –, os dispêndios com sentenças judiciais e precatórios – expansão de R\$ 9,4 bilhões (108,9%) – e as despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira – alta de R\$ 42 bilhões (23,5%) –, estas, muito ampliadas em função do crescimento das despesas com o programa Bolsa Família. Entretanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução real no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, com destaque para as despesas com créditos extraordinários, com redução de R\$ 14,1 bilhões (-93,6%) e despesas discricionárias, com queda de R\$ 2,9 bilhões (-4,5%).

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Junho (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)
	jun./2022	jun./2023		2022	2023		Até jun./2022	Até jun./2023	
4. Despesa total	181.674	189.952	4,6	931.604	978.478	5,0	1.855.036	1.929.858	4,0
4.1 Benefícios Previdenciários	86.067	97.643	13,5	436.947	443.198	1,4	823.190	838.994	1,9
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.158	26.903	2,8	162.884	164.397	0,9	354.034	354.751	0,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	26.488	22.733	-14,2	153.054	150.160	-1,9	319.897	306.673	-4,1
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	4.060	7.978	96,5	46.189	45.234	-2,1	64.789	66.648	2,9
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.841	7.589	10,9	39.929	44.345	11,1	77.773	86.825	11,6
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.254	103	-91,7	15.052	960	-93,6	91.984	35.012	-61,9
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0	0	0	3.271	0	-100,0	6.733	0	-100,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.624	2.881	9,8	17.445	19.450	11,5	31.039	36.448	17,4
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.246	1.267	1,7	6.560	7.177	9,4	13.547	16.252	20,0
4.3.07 Lei Kandir (LCs nºs 87/1996 e 102/2000) e LC nº 176 de 2020	343	332	-3,1	2.101	2.009	-4,4	4.324	4.079	-5,7
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	7.298	306	-95,8	8.633	18.034	108,9	10.115	27.411	171,0
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	2.008	1.751	-12,8	9.715	8.864	-8,8	14.795	15.237	3,0
4.3.10 Impacto Primário do FIES	243	0	-100,0	1.377	768	-44,2	-1.315	160	-112,2
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	572	523	-8,4	2.781	3.318	19,3	6.113	18.600	204,3
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	42.961	42.674	-0,7	178.719	220.723	23,5	357.916	429.440	20,0
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	18.140	26.802	47,7	113.030	157.963	39,8	198.048	273.997	38,3
4.4.2 Despesas Discricionárias	24.821	15.872	-36,1	65.689	62.760	-4,5	159.868	155.442	-2,8

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
